FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PARECER Nº	**142/2021/PFE-BA/SUEST-BA**
PROCESSO Nº	25100.004613/2018-56
INTERESSADO:	MUNICIPIO DE LUIS EDUARDO MAGALHAES - BA
ASSUNTO:	3º (terceiro) Termo Aditivo Simplificado ao Convênio nº 473/2018. Prorrogação da vigência

EMENTA: Minuta do terceiro Termo Aditivo Simplificado ao Convênio nº 473/2018, cujo objeto é a prorrogação da vigência. O SODEA/SUEST/FUNASA/BA concordou com o pedido de prorrogação da vigência do referido Convênio. A pretensão do Convenente encontra lastro no artigo 57, § 1°, II, da Lei n° 8.666/93. O Convenente deve observar o Plano de Trabalho – Cronograma de Execução. O pedido de prorrogação da vigência do Convênio deve ser deferido.

I – RELATÓRIO

1. O processo mencionado acima foi encaminhado à PGF/PFE/FUNASA/BA, para análise e parecer referente à minuta do 3º (terceiro) Termo Aditivo Simplificado ao Convênio n° 473/2018, tendo como objeto a prorrogação da vigência por mais 18 (dezoito) meses, de 18 de setembro de 2021 para 18 de março de 2023.

2. O documento n˚ 0543935 refere-se ao Convênio nº 473/2018, e no doc. 0543943 consta cópia da publicação do extrato deste no D.O.U., em 20 de junho de 2018.

3. A Coordenadora-Geral de Convênios enviou o processo supra, à Superintendência Estadual, em 15 de agosto de 2018 (doc. 0543990).

4. A SUEST/FUNASA/BA cumpriu o quanto estabelecido no artigo 116, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (doc. 0966216).

II – FUNDAMENTAÇÃO

5. Inicialmente, é relevante registrar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam (os documentos e as informações) até a presente data, nos autos no processo

administrativo em epígrafe.

6. Conforme consta no artigo 131, da Constituição Federal/88 e do artigo 10, § 1°, da Lei n°10.480/2002, incumbe a este Órgão de Execução da Advocacia-Geral da União prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar sobre a conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica, financeira, contábil ou administrativa.

7. Desse modo, cumpre esclarecer que a presente análise se reserva à manifestação quanto a legalidade da celebração do 3º Termo Aditivo ao Convênio nº 473/2018, motivo pelo qual, quanto aos demais pontos do processo, reiteram-se as considerações já formuladas por ocasião dos Pareceres jurídicos anteriores.

8. Em 31 de maio de 2018, a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA celebrou com o Município de Luís Eduardo Magalhães/BA o convênio n° 473/2018, cujo objeto é a implantação de melhorias habitacionais para controle de Doença de Chagas no município referido acima.

9. A vigência do Convênio nº 473/2018 teve início em 1˚ de junho de 2018 e término previsto para 1˚ de junho de 2021. Entretanto, vale salientar que aquela foi prorrogada uma vez, conforme consta no documento n° 2800107.

10. O Convenente requereu a prorrogação da vigência do convênio n° 473/2018, sob o argumento de que:"(..) Ao darmos inicio as obras, houve um atraso no repasse da segunda parcela por parte da FUNASA, recebendo a mesma no dia 09/06/2021. Diante do exposto solicito a prorrogação da vigência de prazo do Convênio n° 0473/2018 por 18 meses para recebimento da 3ª parcela do recurso, conclusão da obra e prestação de contas do Convênio em tempo hábil a sua vigência. " (doc. 3153359)

11. O SODEA/SUEST/FUNASA/BA, por intermédio do Parecer Técnico n˚ 57/2021, concordou com o pedido do Convenente, tendo afirmado que:*" (..)* A solicitação de prorrogação em tela pode ser enquadrada, conforme descrito no Ofício 249/2021(SEI 3153359) da Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães, na seguinte alínea do Artigo 57 da Lei nº 8.666/1993, conforme justificativas expostas em sequência:

II - Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato: houve um atraso no repasse da segunda parcela por parte da FUNASA, recebendo a mesma no dia 09/06/2021.

Observa-se o seguinte: em 08/10/2020, através do Relatório de Avaliação e Andamento emitido no SIGA-FUNASA, o andamento da obra, com um percentual de execução de 19,05, já permitia o pagamento da 2ª parcela. O pagamento desta 2ª parcela veio ocorrer em 08/06/2021, ou seja, 08 meses após o convênio já está com condição do recebimento da parcela. Logo, é claro que o tempo entre pagamento da 2ª parcela (08/06/2021) até o final da vigência atual (18/09/2021) é insuficiente para executar a obra referente aos recursos da 2ª e 3ª parcelas, conclusão total da obra que, com isto, irá proporcionar melhor índice de proteção aos beneficiados quanto ao combate à doença de chagas e a prestação de contas do convênio.

Considerando as situações evidenciadas e reconhecendo a ocorrência de fatores que retardam a execução dos serviços e cuja duração não há como ser calculada, esta área técnica recomenda a prorrogação de prazo por mais 18 (doze) meses e não apresenta óbices à pactuação do aditivo de prazo em comento. Passando a vigência de 09/**2021** para 03/**2023**. " (doc. 3166931).

12. O Parecer Normativo nº 11/2013/CÂMARAPERMANENTECONVÊNIOS/DEPCONSU/PGF/AGU reza que a prorrogação dos ajustes (convênios, T.C./PAC, etc) é em regra medida excepcional. Assim, para que seja admissível a prorrogação de convênios ou PACs, a situação de fato impeditiva deve se enquadrar em uma das hipóteses do artigo 57, §1º, da Lei nº 8.666/93, e esse entendimento é aplicável aos convênios.

13. O artigo 57, §1º, da Lei nº 8.666/93 estabelece que:

> *Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*
>
> *(...)*
>
> *§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:*
>
> *I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;*
>
> *II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;*
>
> *III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;*
>
> *IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;*
>
> *V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;*
>
> *VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.*

14. O Parecer Normativo supra foi confirmado, pela PGF, por meio da Nota nº 02/2014/CÂMARAPERMANENTECONVÊNIOS/DEPCONSU/PGF/AGU, de 02 de julho de 2014, que manifestou pela possibilidade de prorrogação dos convênios, desde que devidamente justificada e verificada alguma das situações de fato estabelecidas no §1º, do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

15. A Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, que regula os convênios, os contratos de repasse e os termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com órgãos ou entidades pública ou privadas sem fins lucrativos para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco, que envolvam a transferência de recursos financeiros oriundos do orçamento fiscal e da seguridade social, também, em seu artigo 36, diz que o convênio poderá ser alterado mediante proposta, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao concedente em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência ou no prazo nele estipulado.

16. O Convênio nº 473/2018 pode ser alterado, desde que não seja modificado seu objeto. Qualquer alteração deve ser apresentada pelo Convenente com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, da data do término da vigência do Convênio mencionado acima.

17. Ademais, inexistiu solução de continuidade, nos termos da Orientação Normativa nº 03, de 1º de abril de 2009, da Advocacia Geral da União: "Na análise dos processos relativos à prorrogação de prazo, cumpre aos órgãos jurídicos verificar se não há extrapolação do atual prazo de vigência, bem como eventual ocorrência de solução de continuidade dos termos precedentes, hipóteses que configuram a extinção do ajuste, impedido a sua prorrogação".

18. Desse modo, depreende-se que a pretensão do Convenente encontra fundamento no artigo 57, § 1°, II, da Lei n° 8.666/93.

19. A prorrogação da vigência do Convênio n° 473/2018 deve ser justificada e autorizada pela Autoridade competente, conforme estabelece o artigo 57, § 2°, da Lei n° 8.666/93.

III – CONCLUSÃO

20. À vista do exposto, a PGF/AGU/PFE/FUNASA/BA opina no sentido de que a minuta do 3° (terceiro) Termo Aditivo Simplificado ao Convênio nº 473/2018 seja formalizada.

21. É o parecer, s.m.j.

22. Sejam os autos encaminhados à Superintendência/Gabinete/FUNASA/Bahia.

Salvador, 2 de setembro de 2021

José Carvalho da Silva Júnior

Procurador Federal

Julliana da Silva Ferreira

Estagiária de Direito

Documento assinado eletronicamente por **Jose Carvalho da Silva Junior**, **Procurador**, em 02/09/2021, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.funasa.gov.br/consulta, informando o código verificador **3176569** e o código CRC **56A58EA4**.

Referência: Processo nº 25100.004613/2018-56 SEI nº 3176569

Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

Setor de Celebração de Convênios do Estado da Bahia

TERMO ADITIVO SIMPLIFICADO

1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 0473/2018, SICONV Nº 864573/2018, CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE E O MUNICÍPIO DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES/BA, VISANDO INTEGRAR NOVO PLANO DE TRABALHO, DEVIDO A REDUÇÃO DO VALOR ORIGINAL DOS RECURSOS.

A **FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA**, criada pela Lei nº 8.029 de 12.04.1990, de 16.04.1991, com Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.867 de 03/10/2016, por intermédio da sua **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA BAHIA**, sediada à Avenida Sete de Setembro, 2328, Corredor da Vitória, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob nº 26.989.350/0017-83, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representada pela Superintendente Estadual, **KEYLA OLIVEIRA PINTO**, nomeada pela Portaria nº 289 de 21/01/2020, publicada no DOU nº 15, de 22/01/2020, portadora da Carteira de Identidade nº 519.843770 SSP/BA e CPF nº 867.419.855-49, no uso da competência delegada pela Portaria n.º 1.914 de 05/04/2018, publicada no DOU nº 75, de 19/04/2018, resolve, celebrar o presente **Termo Aditivo Simplificado ao CONVÊNIO**, na conformidade do Processo nº **25100.004613/2018-56,** observadas as disposições contidas na Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber; no Decreto 6.170, de 25 de junho de 2007; na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente; na Portaria Interministerial nº 424 de 30 de dezembro de 2016 e posteriores alterações, no Decreto Legislativo nº 6, de 20.03.2020 e de acordo com a Portaria Interministerial nº 134, de 30 de março de 2020, Decreto nº 10.315, de 6 de abril de 2020, e Portaria Funasa nº 2.531, de 26 de maio de 2020, mediante as disposições expressas nas cláusulas a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por finalidade Integrar novo Plano de Trabalho **CONVENIO nº 0473/2018**, entre a Fundação Nacional de Saúde e o **MUNICÍPIO DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES /BA**, em decorrência do valor da licitação a menor, após reanalise da área técnica da **FUNASA**, com supressão de valor de repasse por parte da **CONCEDENTE**, o qual faz parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

Parágrafo Único. A celebração do termo aditivo será na forma simplificada, conforme previsão no art. 6º da Portaria Funasa nº 2.531, de 26 de mao de 2020, que dispõe sobre medidas administrativas excepcionais para a garantia de continuidade dos instrumentos de repasse, decorrente do estado de calamidade pública pelo Coronavírus (COVID-19).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

CONFERE COM O ORIGINAL
____/____/____
Servidor Mat.

Por força deste termo aditivo, e conforme se vê no novo Plano de Trabalho aprovado pela Área Técnica da FUNASA, que é parte integrante do referido Termo, o valor de repasse da **CONCEDENTE** que era de ***R$ 500.000,00*** *(quinhentos mil reais)*, passa a ser de ***R$ 441.733,62*** *(quatrocentos e quarenta e um mil setecentos e trinta e três reais e sessenta e dois centavos), em decorrência da* ***supressão*** *de* ***R$ 58.266,38*** *(cinquenta e oito mil duzentos e sessenta e seis reais e trinta e oito centavos) no* ***valor global do convênio,*** *relacionados na Tomada de Preços nº* ***008/2020*** *e conforme Contrato nº* ***064/2020,*** *celebrado entre a* ***CONVENENTE*** *e a* ***Empresa: CLEITON GUSMÃO RAMOS EIRELI.***

A cláusula **Quarta** *Caput* do **Termo de Convênio** passa a vigorar com a seguinte redação, mantidos inalterados os respectivos parágrafos da citada Cláusula:

"CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

A CONCEDENTE, por força deste Convênio, transferirá ao **CONVENENTE** recurso no valor total de, de ***R$ 441.733,62*** *(quatrocentos e quarenta e um mil setecentos e trinta e três reais e sessenta e dois centavos)*, sendo que a despesa a seguir descrita correrá à conta de dotação orçamentária consignada na *Lei n º 13.587, de 2 de janeiro de 2018 (LOA 2018), Unidade Orçamentária 36211, Unidade Gestora/Gestão.*

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e subcláusulas do Termo de Convênio original que não são abrangidas por este Termo Aditivo permanecem em vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

A Funasa encaminhará o extrato deste Termo Aditivo para publicação no Diário Oficial da União e no Portal de Convênios, a qual deverá ocorrer em até vinte (20) dias da data da sua celebração.

KEYLA OLIVEIRA PINTO

Superintendente Estadual da Funasa/Suest/Ba

Documento assinado eletronicamente por **Keyla Oliveira Pinto, Superintendente Estadual da Bahia**, em 06/07/2020, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.funasa.gov.br/consulta, informando o código verificador **2222175** e o código CRC **FBC50A92**.

CONFERE COM O ORIGINAL
____/____/____
Sevidor Mat.

MINISTÉRIO DA SAÚDE Fundação Nacional de Saúde	PARECER TÉCNICO	SODEA-BRR-BA 17/2020
Referência:	Processo de Convênio 25100.004.613/2018-56	
Assunto:	MSD - CV 0473/2018 P+B 864573/2018 - P. M. de Luís Eduardo Magalhães/BA	

Em atendimento ao Despacho 554/2020 SOCEC/BA(2192845) e a solicitação de supressão, Portal + Brasil 0001/2020-ABA TA

Após o processo licitatório destinado à contratação de Empresa para execução das obras conveniadas, e tendo este apresentado em seu resultado um valor "à menor" do que o Valor Conveniado, o Convenente cadastrou na Aba TA`s da Plataforma + Brasil/Siconv um pedido de Termo Aditivo de Supressão de Recursos para ajustes ao valor licitado.

1. O setor de Convênios enviou o processo a DIESP para emissão de Parecer Técnico no SEI juntamente com os arquivos que o subsidiam.

2. Quanto às questões de ordem cronológica, se faz importante apontar:

- Que consta nos autos do Processo de Convênio 25100.004.613/2018-56, um Plano de Trabalho aprovado em princípio pela Engenharia, quantificado em 11 melhorias habitacionais (Plano de Aplicação- Folhas 4, 5 e 7 do SE (0325702) .para serem executados.Quanto a esse aspecto, é importante salientar que essas quantidades dizem respeito à uma proposta estimada visando nortear o Valor Conveniado determinado na Celebração.
- Ressalta-se que o Convênio foi celebrado no ano de 2017 com uma Cláusula Suspensiva fixando um prazo de 18 (dezoito meses) a partir da celebração, conforme determina o art. 21 da Portaria Interministerial nº 424/2016 para apresentação do Projeto Básico/Termo de Referência para apreciação e aprovação do setor de engenharia.
- É importante salientar que após a entrega deste, ainda discorreu mais algum tempo para a análise do mesmo.

Cumpre esclarecer que até a aprovação deste Projeto Básico/Termo de referencia pela concedente poderão ser realizados os ajustes necessários no projeto e no plano de trabalho apresentado, sendo vedadas as reformulações dos projetos básicos das obras e serviços de engenharia aprovados pela concedente ou pela mandatária, ***conforme art. 6º parágrafos 3º e 4º da Portaria interministerial nº 424/16.***

Após apresentação do Projeto Básico/Termo de Referência pelo município e consequente analise pela área técnica, o mesmo foi ajustado à realidade temporal, regional, georeferencial, em perfeita conformidade com os indicadores previamente determinados exigidos para as avaliações.

Tem-se então a se afirmar que este Projeto, foi apresentado a DIESP na data de 19/11/2018 e obteve a sua aprovação em 11/03/2020 com a quantidade 10 unidades de melhorias habitacionais e 01 Placa de Obra, conforme demonstra a Planilha Orçamentária extraída da Plataforma+ Brasil/Siconv (2199192).

O Município realizou o procedimento licitatório sendo o mesmo homologado em 15/06/2020(2199224) e cadastrou toda a documentação na aba Processo de Execução/Convenente Plataforma + Brasil e enviou para a Funasa em 24/06/2020, obtendo o seu **Aceite** por este técnico em **24/06/2020(2199253)** na Plataforma + Brasil.

CONFERE COM O ORIGINAL
____/____/____
Sevidor Mat.

Portanto, o Plano de Trabalho Cronograma de Execução e Plano de Aplicação(2199253) alterado pela área técnica/Diesp no Sistema de Gerenciamento de Obras da Funasa/SIGA foi então agora adequado ao valor da licitação homologada pelo município, o qual servirá de base para o convenente ajustar na Plataforma + Brasil/ SICONV o novo Plano de Trabalho, tão logo seja aprovado o termo aditivo de supressão, pela PGF e pela Autoridade Administrativa, acrescentando que novos planos de trabalho (Anexos V e VI) (2199311 e 2199329). Fazem parte integrante do Termo Aditivo de Supressão.

Por essa razão, o que está sendo objeto de alteração é tão somente uma supressão de valor para adequação ao procedimento licitatório realizado e aceito por este técnico, permanecendo as mesmas metas e etapas aprovadas no Projeto Básico,visando a liberação da parcela, conforme determinação contida no art. 41 § 2º da Portaria 424/2016:

Art. 41. A liberação de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no instrumento e deverá ocorrer da seguinte forma:

§ 2º Após a comprovação da homologação do processo licitatório pelo convenente, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado em observação ao grau de execução estabelecido no referido processo licitatório.

Conclui-se, portanto, que em razão da necessidade de adequação técnica a realidade confirma-se aqui que as quantidades de edificações cabíveis dentro dos valores orçados e mantidos desde a celebração, são exatamente estas constantes da planilha orçamentária aprovada, licitada homologada e contratada pelo município. Este é o Parecer.

Documento assinado eletronicamente por **Jose Nelson Almeida do Vale, Chefe do Setor Desconcentrado de Engenharia de Saúde Pública e Saúde Ambiental**, em 24/06/2020, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.funasa.gov.br/consulta, informando o código verificador **2199354** e o código CRC **7AEC1F56**.

CONFERE COM O ORIGINAL
____/____/____
Sevidor Mat.

Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

CONVÊNIO FUNASA Nº CV 0473/18, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA** E O(A) **MUNICÍPIO DE LUIS EDUARDO MAGALHAES / BA** VISANDO **MELHORIA HABITACIONAL PARA CONTROLE DA DOENÇA DE CHAGAS**.

A **FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA**, criada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, com Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.867, de 14 de julho de 2016, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, sob o nº 26.989.350/0001-16, com sede no SRTV 701, Via W5 Norte, Edificio PO 700, CEP 70.723-040, Brasília/DF, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representada por seu Presidente, **RODRIGO SÉRGIO DIAS**, nomeado pela Portaria n.º 404, de 24 de abril de 2017, da Casa Civil da Presidência da República, Diário Oficial da União, Edição Extra nº 77- A, seção 2, portador da Carteira de Identidade n° 39561246-9, expedida pela SSP/SP e do CPF/MF n° 225.510.368-01, e o(a) **MUNICÍPIO DE LUIS EDUARDO MAGALHAES / BA** com sede no(a) AVENIDA BARREIRAS, N. 811 E 825, 811, LOTE 04 E 05 QUADRA09 - MIMOSO DO OESTE. LUIS EDUARDO MAGALHAES - BA. CEP: 47850-000 , LUIS EDUARDO MAGALHAES / BA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, sob o nº 04.214.419/0001-05, doravante denominado(a) **CONVENENTE**, neste ato representado por seu(sua) dirigente, **OZIEL ALVES DE OLIVEIRA**, portador(a) do CPF/MF nº 502.801.809-00, residente e domiciliado(a) no(a) AVENIDA J.K, SN, QD 42 LT 03 - CENTRO, LUIS EDUARDO MAGALHAES/BA, resolvem celebrar o presente Convênio relativo à ação de saúde, registrado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV sob o nº **864573/2018** regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber; Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001; na Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010; na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, quando aplicável; na Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016 (PPA 2016-2019); na Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 (LDO 2018); na Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018 (LOA 2018); no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, regulamentado pela Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424 de 30 de dezembro de 2016; e na Portaria FUNASA nº 979, de 14 de julho de 2017, consoante o Processo nº **25100.004613/2018-56** mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente convênio **Implantação de Melhorias Habitacionais para o Controle de Doença de Chagas no Município de Luís Eduardo Magalhães BA**, conforme as especificações constantes do Plano de Trabalho Aprovado, parte integrante deste Instrumento independentemente de transcrição e a legislação em vigor.

CONFERE COM O ORIGINAL
____/____/____
Sevidor Mat.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS PARTÍCIPES

São obrigações dos partícipes na execução deste convênio:

I. **Da Concedente:**

a. monitorar e acompanhar a conformidade física e financeira durante a execução do ajuste, além de avaliar a execução física e os resultados; (art. 6º I, "a", PI 424/2016)
b. promover a operacionalização da execução dos programas, projetos e atividades, mediante a divulgação de atos normativos e orientações ao(à) convenente, bem como a análise e aceitação da documentação técnica institucional e jurídica, inclusive do projeto básico/termo de referência; (art. 6º, II, "a e b", PI 424/2016)
c. acompanhar, avaliar e aferir a execução do objeto pactuado, assim como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos, condicionando sua liberação ao cumprimento de metas previamente estabelecidas; (art. 6º II, "f", PI 424/2016)
d. indicar servidor para acompanhamento e monitoramento da execução do presente convênio, ao qual caberá emitir parecer conclusivo acerca da prestação de contas e da realização do objeto pactuado; (art. 55, PI 424/2016)
e. dispor de condições e de estrutura para o acompanhamento e verificação da execução do objeto e o cumprimento dos prazos relativos à prestação de contas;(art. 27, XXXI, PI 424/2016)
f. garantir a disponibilidade de equipe técnica para a avaliação de projetos básicos das obras, seus dimensionamentos, o cálculo dos quantitativos dos serviços e análises da adequação dos orçamentos das metas descritas no plano de trabalho; (art. 9º, § 9º, I, PI 424/2016)
g. garantir disponibilidade de equipe técnica para que seja realizado, de forma regular, o acompanhamento das obras e serviços de engenharia, inclusive com visitas ao local; (art. 9º, § 9º, II, PI 424/2016)
h. dispor de estrutura física e de pessoal adequada para a realização da conformidade financeira e da análise das prestações de contas final no prazo estabelecido por esta Portaria. (art. 9º, § 9º, III, PI 424/2016)
i. verificar a realização do procedimento licitatório pelo (a) convenente, atendo-se à documentação no que tange: à contemporaneidade do certame; aos preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de referência; e ao respectivo enquadramento do objeto conveniado com o efetivamente licitado; e, ao fornecimento pelo convenente de declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade convenente, ou registro no SICONV que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis; (art. 6º, II, "d", PI 424/2016)
j. verificar a existência de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, quando se tratar de obras e serviços de engenharia; (art. 6º, § 5º, PI 424/2016)
k. promover a execução orçamentária e financeira necessária ao convênio, providenciando os devidos registros nos sistemas da União, obedecendo ao plano de trabalho aprovado;
l. incluir em suas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes a dotação necessária à execução do instrumento; (art. 10, parágrafo único, PI 424/2016)
m. dar ciência aos órgãos de controle ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar os Ministérios Públicos Federal e Estadual e a Advocacia-Geral da União; (art. 6º § 7º, PI 424/2016)
n. solicitar junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica, a transferência dos recursos financeiros por ela repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União, caso os recursos não sejam utilizados no objeto da transferência pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias; (art. 41, § 7º PI 424/2016)

CONFERE COM O ORIGINAL
____/____/____
Sevidor Mat.

o. notificar o convenente previamente à inscrição como inadimplente no SICONV, quando detectadas impropriedades ou irregularidades no acompanhamento da execução do objeto do instrumento, devendo ser incluída no aviso a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar e o Poder Legislativo do órgão responsável pelo instrumento. (art. 27, XXXV, PI 424/2016)

II. Do (a) Convenente:

a. executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto, observando prazos e custos, designando profissional habilitado; (art. 7º, IV, PI 424/2016)
b. elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, de acordo com os normativos do programa nos termos da legislação aplicável; (art. 7º, III, PI 424/2016)
c. assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população, quando detectados pela concedente ou pelos órgãos de controle; (art. 7º, V, PI 424/2016)
d. realizar, sob sua inteira responsabilidade, o processo licitatório nos termos da Lei nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes à matéria, assegurando a suficiência do Projeto Básico/Termo de Referência, da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Bonificação e Despesas Indiretas – BDI utilizado; (art. 7º, VIII, PI 424/2016)
e. prever no edital de licitação e no Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento – CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto conveniado; (art. 7º, XV, PI 424/2016)
f. registrar no SICONV o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, além dos boletins de medições; (art. 7º, XVIII, PI 424/2016)
g. fornecer à concedente, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento, monitoramento e avaliação do processo; (art. 7º, XIV, PI 424/2016)
h. exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento – CTEF; (art. 7º, IX, PI 424/2016);
i. assumir responsabilidade solidária com os entes consorciados, nos instrumentos que envolvam consórcio público; (art. 11 c/com art. 27, XXVI, PI 424/2016)
j. incluir em suas respectivas peças orçamentárias, os recursos previstos neste instrumento para repasse, nos termos do art. 35 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001; (art. 1º, § 6º, PI 424/2016)
k. selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela concedente, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à concedente sempre que houver alterações; (art. 7º, VI, PI 424/2016)
l. estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do convênio, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos; (art. 7º, X, PI 424/2016)
m. dar ciência aos órgãos de controle, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar os Ministérios Público Federal e Estadual e a Advocacia-Geral de União; (art. 7º, §3º da PI 424/2016)
n. instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do convênio, comunicando tal fato à concedente; (art. 7º, XVII, PI 424/2016)

CONFERE COM O ORIGINAL
____/____/____
Sevidor Mat.

o. informar à concedente da celebração de outra parceria que promova ação complementar à execução do objeto deste convênio, apresentando cópia do instrumento e do plano de trabalho, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da nova celebração.

Parágrafo Primeiro. O descumprimento de quaisquer das obrigações dispostas na presente Cláusula acarretará ao (à) convenente a prestação de esclarecimentos perante a concedente no prazo de 30 (trinta) dias prorrogáveis por igual período, sem prejuízo de eventuais sanções, dentre elas a inscrição no CADIN, exceto no caso de convênio originado de emendas parlamentares individuais. (art. 7º, § 1º c/com art. 9º §2º, PI 424/2016)

Parágrafo Segundo. Prestados os esclarecimentos de que trata o parágrafo anterior, a concedente, aceitando-os, fará constar nos autos do processo a justificativa prestada e dará ciência ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União – CGU. (art. 7º, § 2º, PI 424/2016)

Parágrafo Terceiro. A execução do objeto definido neste ajuste, no caso do convenente ser ente público, poderá recair sobre unidade executora específica, desde que: (art. 27, VIII, PI 424/2016)

I. haja previsão no plano de trabalho aprovado;
II. a unidade executora pertença ou esteja vinculada ao ente da federação do convenente;
III. a unidade executora atenda a todos os dispositivos desta Portaria que sejam aplicáveis ao convenente, inclusive os requisitos de cadastramento e condições de celebração.

Parágrafo Quarto. O convenente continuará responsável pela execução do instrumento, sendo que a unidade executora responderá solidariamente na relação estabelecida.

Parágrafo Quinto. Quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do instrumento, responderão solidariamente os titulares do convenente e da unidade executora, na medida de seus atos, competências e atribuições.

Parágrafo Sexto. O convenente responsabiliza-se pelo acompanhamento, fiscalização e prestação de contas quando o objeto do convênio recair sobre unidade executora específica. (art. 28, § 7º, I, PI 424/2016)

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES

É vedado ao (à) convenente:

I. alterar o objeto do convênio, exceto no caso de pequenos ajustes ou adequações, que não resultem na descaracterização total ou parcial do objeto; (art. 6°, § 3º c/c; art. 1º XXX, PI 424/2016)
II. reformular os projetos básicos das obras e serviços de engenharia aprovados pela concedente; (art. 6º, § 3º c/c; art. 1º XXX, PI 424/2016)
III. aproveitar rendimentos, da conta vinculada ao convênio, para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado; (art. 41, §12 PI 424/2016)
IV. liberar a primeira parcela de recursos para o início de execução de novos instrumentos, tendo outras parcerias apoiadas com recursos do Governo Federal sem execução financeira por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias; (art. 41, § 15 PI 424/2016)

CONFERE COM O ORIGINAL
____/____/____
Sevidor Mat.

V. realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar; (art. 38, I PI 424/2016)

VI. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público ativo ou inativo e pensionista, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (art. 38, II PI 424/2016)

VII. utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida neste instrumento; (art. 38, III PI 424/2016)

VIII. realizar despesa em data anterior à vigência deste convênio; (art. 38, IV PI 424/2016)

IX. efetuar pagamento em data posterior à vigência do convênio, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado; (art. 38, V PI 424/2016)

X. realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto, no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pela concedente, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado; (art. 38, VI PI 424/2016)

XI. transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres; (art. 38, VII PI 424/2016)

XII. realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho; (art. 38, VIII PI 424/2016)

XIII. pagar, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, do ente público celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados; (art. 38, IX PI 424/2016)

XIV. delegar o serviço a concessionário com capital 100% privado em relação ao objeto do presente convênio, durante o período de vigência do ajuste, sendo que a desobediência a essa previsão ensejará sua extinção e a obrigatoriedade de devolução dos recursos transferidos;

XV. celebrar qualquer instrumento com entidades impedidas de receber recursos federais;

XVI. celebrar outro instrumento com o mesmo objeto deste, exceto quando se tratar de ações complementares, sendo que, quando a despesa for paga com recursos do instrumento e de outras fontes, o convenente deverá inserir no Siconv a memória de cálculo do rateio da despesa, sendo vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa; (art. 38, §4º, PI 424/2016)

XVII. aproveitar, quando o objeto envolver a execução de obras e serviços de engenharia, licitação que: (art. 9º, § 8º, PI 424/2016)

XVIII. utilizar projeto de engenharia diferente daquele previamente aprovado e a realização de licitação em desacordo com o estabelecido no projeto básico ou termo de referência aprovado, sob pena de rescisão do instrumento pactuado;

XIX. tenha sido publicada em data anterior ao aceite do projeto básico de engenharia pela concedente; e

XX. repactuar metas e etapas quando o valor do convênio for inferior ao montante de R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais).

CONFERE COM O ORIGINAL
____/____/____
Sevidor Mat.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

A concedente, por força deste convênio, transferirá ao(à) convenente recursos no valor total de **R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais),** sendo que a despesa a seguir descrita correrá à conta de dotação orçamentária consignada na Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018 (LOA 2018), Unidade Orçamentária 36211, Unidade Gestora/Gestão 255000/36211.

Fonte	Programa de Trabalho	ND	Plano Interno	Nota de Empenho	Data de Emissão	Valor Empenhado
6100	10511201539210029	444042	Z3051001018	2018NE800173	17/04/2018	R$ 500.000,00

Parágrafo Primeiro. As despesas decorrentes da execução do presente convênio em exercício (s) subsequente (s), no que corresponde à concedente, desde que observadas as disposições da Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016 (PPA 2016-2019) e da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 (LDO 2018), correrão à conta de dotações orçamentárias dos respectivos exercícios financeiros, sendo objeto de apostilamento a indicação do respectivo crédito orçamentário e emissão de nota de empenho. (art. 27, VIII e XII e art. 10, PI 424/2016)

Parágrafo Segundo. Na hipótese de cancelamento de restos a pagar, o quantitativo das metas constantes no Plano de Trabalho poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade, mediante aprovação da concedente. (art. 27, XXII, PI 424/2016)

CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRAPARTIDA

Sendo verificada a necessidade de aporte adicional de recursos à título de contrapartida, os valores deverão ser calculados sobre o valor total do objeto e devendo ser depositada na conta bancária específica do instrumento em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso. (art. 27, III, PI 424/2016)

Parágrafo Primeiro. A comprovação pelo proponente de que a contrapartida proposta está devidamente assegurada, deverá ocorrer previamente à celebração do instrumento, por meio da previsão orçamentária. (art. 18, §§ 2º e 3º, PI 424/2016)

Parágrafo Segundo. Os valores deverão ser depositados na conta bancária específica do convênio, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso podendo haver antecipação de parcelas, inteiras ou parte, a critério do convenente. (art. 18, §5º, PI 424/2016)

Parágrafo Terceiro. As receitas oriundas dos rendimentos de aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida devida pelo convenente. (art. 41, §13º, PI 424/2016)

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA DO CONVÊNIO

A conta corrente específica será nomeada fazendo-se menção ao instrumento de celebração do convênio e estará registrada com o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica -CNPJ do órgão ou da entidade convenente. (art. 41, § 6º, PI 424/2016)

Parágrafo Primeiro. Os empenhos e a conta bancária deverão ser realizados ou registrados em nome do convenente. (art. 28, § 5°, PI 424/2016)

Parágrafo Segundo. O convenente declara estar ciente sobre a não sujeição ao sigilo bancário, quanto à União e respectivos órgãos de controle, por se tratar de recurso público.

CONFERE COM O ORIGINAL
____/____/____
Sevidor Mat.

Parágrafo Terceiro. O convenente deve manter e movimentar os recursos na conta bancária específica do instrumento em instituição financeira oficial, controlada pela União. (art. 27, XIII, PI 424/2016)

Parágrafo Quarto. A movimentação financeira na conta corrente específica do instrumento, deverá ocorrer por meio da funcionalidade do SICONV denominada Ordem Bancária de Transferências Voluntárias - OBTV, em observação ao disposto no parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 7.641, de 12 de dezembro de 2011. (art. 4º, §4º, PI 424/2016)

Parágrafo Quinto. Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016. (art. 52, PI 424/2016)

Parágrafo Sexto. Os recursos transferidos pela concedente, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados: (art. 27, XIII, PI 424/2016)

I. em caderneta de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; ou
II. em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou em operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando a utilização se verificar em prazos menores. (art. 116, §4°, Lei 8.666/93)

Parágrafo Sétimo. Os rendimentos das aplicações financeiras somente poderão ser aplicados no objeto deste convênio, observando-se a vedação contida no §12, do art.41, da PI 424/2016. Ficam sujeitos às mesmas condições de prestações de contas exigidas para os recursos transferidos, situação na qual deverão integrar o plano de trabalho aprovado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA APRESENTAÇÃO DO PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA

O projeto básico/termo de referência deverá ser apresentado no prazo improrrogável de até 18 (dezoito) meses, incluído em aba homônima no SICONV. (art. 21, §§ 2º e 3º, PI 424/2016)

Parágrafo Primeiro. O projeto básico/termo de referência que fora apresentado em momento anterior deve estar incluído na aba homônima no SICONV. (art. 21, §§2° e 3°, PI 424/2016)

Parágrafo Segundo. O projeto básico/termo de referência será apreciado pela concedente e, se aprovado, poderá ensejar a adequação do plano de trabalho. (art. 21, §4º, PI 424/2016)

Parágrafo Terceiro. Nos casos em que houver divergências de valores entre o plano de trabalho aprovado e o projeto básico/termo de referência aprovado, os partícipes deverão providenciar as alterações do plano de trabalho e do instrumento. (art. 21, §5º, PI 424/2016)

Parágrafo Quarto. Constatados vícios sanáveis no projeto básico/termo de referência, estes serão comunicados ao convenente, que disporá de prazo não superior a 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, para saná-los. (art. 21, § 6º, PI 424/2016)

Parágrafo Quinto. Se o projeto básico/termo de referência não for entregue no prazo estabelecido ou receba parecer contrário à sua aprovação, proceder-se-á à extinção da proposta ou instrumento, caso este já tenha sido assinado. (art. 21, § 7º, PI 424/2016)

CONFERE COM O ORIGINAL
____/____/____
Sevidor Mat.

Parágrafo Sexto. O projeto básico/termo de referência deverá estar em conformidade com a Licença Ambiental Prévia, nos casos em que for exigido o licenciamento ambiental. (Acórdãos TCU nº 2708/2009 - Plenário e nº 723/2008 - Plenário)

Parágrafo Sétimo. Os documentos referentes à comprovação de licenciamento ambiental e da propriedade do terreno, quando exigíveis, poderão ser encaminhados no mesmo prazo estipulado para o projeto básico/termo de referência. A não apresentação ensejará a extinção do ajuste.

Parágrafo Oitavo. O proponente deverá apresentar plano de sustentabilidade do empreendimento a ser realizado ou do equipamento a ser adquirido, exceto nos casos em que ficar comprovada a desnecessidade de apresentação do referido plano. (art. 21, § 13º, PI 424/2016)

CLÁUSULA OITAVA – DO REGISTRO NO SICONV E NO SIGA

Os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial do convênio serão realizados no Sistema de Gestão de Convênios – SICONV, aberto à consulta pública, por meio do Portal dos Convênios. (art. 7º, XVI, PI 424/2016)

Parágrafo Primeiro. A concedente deverá realizar no SICONV os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial dos instrumentos, quando couber, ficando responsável pela veracidade das informações registradas. (art. 6º § 6º, PI 424/2016)

Parágrafo Segundo. O servidor indicado pelo convenente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto, deverá assinar e carregar no SICONV o relatório de fiscalização referente a cada medição. (art. 7º, § 6º, PI 424/2016)

Parágrafo Terceiro. O convenente deve inserir, regularmente, as informações e documentos exigidos pela Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016, mantendo o cadastro do Convênio no SICONV atualizado, inclusive quanto à apresentação do (s) respectivo (s) projeto básico/termo de referência. (art. 27, X, PI 424/2016);

Parágrafo Quarto. O Convenente deve atualizar as informações prestadas no cadastramento até que sejam exauridas todas as obrigações referentes ao convênio.

Parágrafo Quinto. Os atos e procedimentos relativos à execução serão realizados no SICONV pelo convenente ou unidade executora, conforme definição no plano de trabalho.

Parágrafo Sexto. Os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados no SICONV, serão nele registrados. (art. 4º, §1º, PI 424/2016)

Parágrafo Sétimo. Deverão ser efetuados os respectivos registros no Sistema Integrado de Gerenciamento de Ações da FUNASA – SIGA sempre que houver funcionalidade adequada disponível.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICIDADE E DO CONTROLE SOCIAL

A eficácia deste convênio fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, que será providenciada pela concedente, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data da sua assinatura da celebração. (art. 32, PI 424/2016)

CONFERE COM O ORIGINAL
____/____/____
Sevidor Mat.

Parágrafo Primeiro. Aos atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas dos instrumentos será dada publicidade em sítio eletrônico específico denominado Portal dos Convênios. (art. 33, PI 424/2016)

Parágrafo Segundo. A concedente notificará, facultada a comunicação por meio eletrônico, no prazo de 10 (dez) dias, a celebração do Instrumento à Assembleia Legislativa, à Câmara Legislativa ou à Câmara Municipal do convenente. Na hipótese de liberação de recursos, o prazo será de 2 (dois) dias úteis. (art. 34, PI 424/2016)

Parágrafo Terceiro. O convenente deverá disponibilizar, em seu sítio oficial na internet ou mediante a inserção de link que possibilite acesso direto ao Portal de Convênios, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado. (art. 40, PI 424/2016)

Parágrafo Quarto. O convenente deverá manter um canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento pela União de manifestações dos cidadãos relacionadas ao convênio, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias. (art. 7º, XIX PI 424/2016)

Parágrafo Quinto. O convenente deve divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento. (art. 27, XXXIV, PI 424/2016)

Parágrafo Sexto. O convenente, no caso dos entes municipais e do Distrito Federal, tem o dever de notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no município ou Distrito Federal, quando ocorrer a liberação de recursos financeiros pela concedente, como forma de incrementar o controle social, em conformidade com a Lei nº 9.452, de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico. (art. 7º, XI, PI 424/2016)

Parágrafo Sétimo. O convenente deverá dar ciência da celebração ao conselho local ou instância de controle social, se houver, formada por órgãos colegiados de caráter consultivo na formulação da política de saneamento básico, bem como no seu planejamento e avaliação. (art. 35, PI 424/2016)

Parágrafo Oitavo. Eventual publicidade de aquisições, serviços ou de quaisquer outros atos executados em função deste Convênio, ou que com ele tenham relação, deverá observar o disposto na Instrução Normativa SECOM-PR nº 7 de 19 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS LIBERAÇÕES DOS RECURSOS

O cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho deverá estar em consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto do instrumento. (art. 41, §1º, PI 424/2016)

Parágrafo Primeiro. Após a comprovação da homologação do processo licitatório pelo convenente, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado em observância ao grau de execução estabelecido no referido processo licitatório. (art. 41§ 2°, PI 424/2016)

CONFERE COM O ORIGINAL
____/____/____
Sevidor Mat.

Parágrafo Segundo. Fica vedado o adiantamento de parcelas nos casos de execução de obras e serviços de engenharia enquadrados no inciso III do art. 3º da PI 424/2016, ou seja, obras e serviços de engenharia com valores de repasse iguais ou superiores a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). (art. 41, § 3°, PI 424/2016)

Parágrafo Terceiro. Para o recebimento de cada parcela dos recursos, o convenente deverá:

I. apresentar a licença ambiental de instalação ou de operação, ou manifestação acerca de sua dispensa, conforme o caso;
II. comprovar o cumprimento da contrapartida pactuada, quando couber, que deverá ser depositada na conta específica deste Instrumento em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho; (art. 18, PI 424/2016)
III. atender às exigências para a contratação e pagamento previstas nos arts. 43 a 52, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016, e na Portaria FUNASA nº 979, de 14 de julho de 2017; e
IV. estar em situação regular com a execução do plano de trabalho, com execução de no mínimo 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente. Esta condição é aplicável ao recebimento das parcelas subsequentes à primeira. (art. 42, II, PI 424/2016)

Parágrafo Quarto. A liberação das parcelas do convênio será suspensa até a correção das impropriedades ocorridas, nos seguintes casos: (art. 67 c/c 66, PI 424/2016)

I. quando não houver comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, constatada pela concedente ou pelos órgãos de controle interno do Poder Executivo Federal ou externo da União;
II. quando verificados desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas e fases programadas ou práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações ou em quaisquer dos demais atos praticados na execução do presente convênio e
III. quando for descumprida, pelo convenente, qualquer cláusula ou condição deste convênio.

Parágrafo Quinto. A qualquer tempo, quando detectada qualquer irregularidade na execução do convênio, os técnicos da concedente, mediante a emissão de parecer circunstanciado e aprovado pelo chefe de área, poderão solicitar a suspensão do repasse e ainda o bloqueio dos recursos do convênio, os quais serão liberados se sanadas as pendências. (art. 57, PI 424/2016)

Parágrafo Sexto. A concedente comunicará ao convenente quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, apurados durante a execução do instrumento, e suspenderá a liberação dos recursos, fixando prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período. (art. 57, PI 424/2016)

Parágrafo Sétimo. Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, a concedente, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, apreciará, decidirá e comunicará quanto à aceitação ou não das justificativas apresentadas e, se for o caso, realizará a apuração do dano ao erário. (art. 57, § 1º PI 424/2016)

Parágrafo Oitavo. Caso as justificativas não sejam acatadas, a concedente abrirá prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para o convenente regularizar a pendência e, havendo danos ao erário, deverá adotar as medidas necessárias ao respectivo ressarcimento. (art. 57, § 2º, PI 424/2016)

CONFERE COM O ORIGINAL
____/____/____
Sevidor Mat.

Parágrafo Nono. As comunicações elencadas nos parágrafos anteriores serão realizadas por meio de correspondência com aviso de recebimento - AR, devendo a notificação ser registrada no SICONV, e em ambos os casos com cópia para a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar e para o Poder Legislativo do órgão responsável pelo instrumento. (art. 57, § 3º, PI 424/2016)

Parágrafo Décimo. É vedada a liberação de recursos para o convenente que tiver instrumentos apoiados com recursos do Governo Federal sem execução financeira por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias. (art. 41, § 15º, PI 424/2016)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO PELA FUNASA

A forma, a metodologia e os parâmetros de acompanhamento da execução física do objeto pactuado, disciplinados pela Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, no âmbito das unidades da concedente, será realizado em conformidade com a Portaria Funasa nº 979, de 14 de julho de 2017 e com o Manual de Procedimentos para Execução de Convênios ou Termos de Compromisso e para Obras e Serviços de Engenharia Executados Direta ou Indiretamente pela Funasa.

Parágrafo Primeiro. Para o acompanhamento será indicado, no prazo de 10(dez) dias a partir da celebração, analista técnico, devidamente identificado no Sistema Integrado de Gerenciamento de Ações da Funasa - SIGA e Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, que, observadas as suas competências e atribuições, ficará encarregado pelo acompanhamento e adoção das medidas indispensáveis à viabilização da consecução do objeto.

Parágrafo Segundo. Ao analista caberá realizar visitas técnicas de acompanhamento, emitir relatórios e pareceres conclusivos acerca da realização do objeto pactuado, devendo nesse processo de acompanhamento aferir a execução do objeto e de suas metas, etapas e fases, verificando a compatibilidade entre estas e o efetivamente executado, em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado.

Parágrafo Terceiro. Os responsáveis pelo acompanhamento poderão, no caso de identificação de irregularidades na execução física do Convênio, solicitar a suspensão ou bloqueio de recursos, em conformidade com o previsto no presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO PELO CONVENENTE

A execução será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, respondendo o convenente pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento. (art. 53, PI 424/2016)

Parágrafo Primeiro. Os agentes que fizerem parte do ciclo de transferência de recursos são responsáveis, para todos os efeitos, pelos atos que praticarem no acompanhamento e fiscalização da execução do instrumento, não cabendo a responsabilização da concedente por inconformidades ou irregularidades praticadas pelos convenentes, salvo nos casos em que as falhas decorrerem de omissão de responsabilidade atribuída à concedente. (art. 53, § 1°, PI 424/2016)

Parágrafo Segundo. Os processos, documentos ou informações referentes à execução de instrumento não poderão ser sonegados aos servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos de controle interno do Poder Executivo Federal e externo da União. (art. 53, § 2°, PI 424/2016)

CONFERE COM O ORIGINAL

____/____/____

Sevidor Mat.

Parágrafo Terceiro. Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do concedente e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Federal, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal. (art. 53, § 3°, PI 424/2016)

Parágrafo Quarto. Quando o objeto do instrumento envolver a execução de obras e serviços de engenharia, a fiscalização pelo convenente deverá: (art. 7º § 5º PI 424/2016)

I. manter profissional ou equipe de fiscalização constituída de profissionais habilitados e com experiência necessária ao acompanhamento e controle das obras e serviços;
II. apresentar à concedente declaração de capacidade técnica, indicando o servidor ou servidores que acompanharão a obra ou serviço de engenharia, bem como a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados;
III. verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem os requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos projetos de engenharia aprovados;
IV. apresentar declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade convenente, ou registro no SICONV que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório; (art. 7º, VIII, PI 424/2016)
V. propiciar os meios e as condições necessárias para que os servidores da concedente, do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União tenham livre acesso aos documentos relativos à execução do Objeto deste Convênio, bem como aos locais de execução deste, prestando a esses, quando solicitadas, as informações pertinentes. (art. 27, XVI PI 424/2016)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

A execução física do objeto do presente convênio poderá ser efetuada diretamente pelo convenente ou indiretamente, mediante licitação ou por meio de unidade executora.

Parágrafo Primeiro. O convenente está obrigado a observar as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2002 e demais normas federais, estaduais e municipais pertinentes ao assunto, quando da contratação de terceiros: (art. 49, PI 424/2016)

I. para aquisição de bens e serviços comuns, será obrigatório o uso da modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e do regulamento previsto no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, sendo utilizada preferencialmente a sua forma eletrônica. (art. 49, § 1º, PI 424/2016)
II. a inviabilidade da utilização do pregão na forma eletrônica deverá ser devidamente justificada pela autoridade competente do convenente. (art. 49,§ 2º PI 424/2016)
III. as atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades, deverão ser registradas no SICONV. (art. 49,§ 3º PI 424/2016)
IV. a comprovação do cumprimento dos §§ 1º e 2º do art. 16 do Decreto nº 7.983, de 2013, será realizada mediante declaração do representante legal do órgão ou entidade responsável pela licitação, que deverá ser inserida no SICONV após a homologação da licitação. (art. 49, § 4º PI 424/2016)

CONFERE COM O ORIGINAL
____/____/____
Sevidor Mat.

Parágrafo Segundo. Deverá ainda ser observado o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e pelas normas estaduais, distritais ou municipais, nos casos em que a execução do objeto, conforme prevista no plano de trabalho, envolver parcerias com organizações da sociedade civil. (art. 51, PI 424/2016)

Parágrafo Terceiro. Os editais de licitação para consecução do objeto conveniado somente poderão ser publicados após a assinatura do respectivo convênio e aprovação do projeto técnico pela concedente, observando o valor máximo do convênio. (art. 50, PI 424/2016)

Parágrafo Quarto. A publicação do extrato do edital de licitação deverá ser feita no Diário Oficial da União, em atendimento ao art. 21, inciso I, da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo ao uso de outros veículos de publicidade usualmente utilizados pelo convenente.

Parágrafo Quinto. O convenente deverá inserir cláusula nos contratos celebrados para execução do instrumento que permitam o livre acesso dos servidores do órgão ou entidade pública concedente, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas, na forma dos arts. 45 e 49 a 51 da PI 424/2016. (art. 27, XX, PI 424/2016)

Parágrafo Sexto. É vedada, na hipótese de aplicação de recursos federais a serem repassados mediante convênio, a participação em licitação ou a contratação de empresas que constem: (art. 44, PI 424/2016)

I. no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;
II. no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas; ou
III. no Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Parágrafo Sétimo. O convenente deverá consultar a situação do fornecedor selecionado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, por meio de acesso ao Portal da Transparência na internet, antes de solicitar a prestação do serviço ou a entrega do bem. (art. 44,§ único, PI 424/2016)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS PAGAMENTOS A TERCEIROS

Os pagamentos à conta de recursos do Convênio estão sujeitos à identificação do beneficiário final da despesa, por CPF ou CNPJ. (art. 52, PI 424/2016)

Parágrafo Primeiro. Os atos referentes à movimentação e ao uso dos recursos a que se refere o caput deverão ser realizados por meio de Ordem Bancária de Transferências Voluntárias – OBTV, observando-se os seguintes preceitos: (art. 52, § 2º, PI 424/2016)

I. movimentação mediante conta bancária específica para cada convênio;
II. pagamentos realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, facultada a dispensa deste procedimento nos seguintes casos, em que o crédito poderá ser realizado em conta bancária de titularidade do próprio convenente, devendo ser registrado no SICONV o beneficiário final da despesa, por CPF ou CNPJ:

a. por ato do Presidente da Funasa;
b. na execução do objeto pelo convenente por regime direto;
c. no ressarcimento ao convenente por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pela concedente e em valores além da contrapartida pactuada;

CONFERE COM O ORIGINAL
____/____/____
Sevidor Mat.

III. transferência das informações relativas à movimentação da conta corrente específica, ao SIAFI e ao SICONV, em meio magnético, a ser providenciada pelas instituições financeiras.

Parágrafo Segundo. Antes da realização de cada pagamento, o convenente incluirá no SICONV, no mínimo, as seguintes informações (art. 52, §3º, PI 424/2016)

I. a destinação do recurso;
II. o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
III. o contrato a que se refere o pagamento realizado;
IV. a meta etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento;
V. a comprovação do recebimento definitivo do Objeto do convênio, mediante inclusão no Sistema das notas fiscais ou documentos contábeis.

Parágrafo Terceiro. As faturas, recibos, notas fiscais, observando, nestas, o seu prazo de validade, e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do convenente, inclusive quando realizado por unidade executora, devidamente identificados com o número deste Convênio.

Parágrafo Quarto. O convenente deverá manter os documentos relacionados ao instrumento pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi apresentada a prestação de contas ou do decurso do prazo para a sua apresentação. (art.4º, §3º, PI 424/2016)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA REVERSÃO DE VALORES CREDITADOS

O convenente autoriza a concedente a solicitar, junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica, a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União, caso os recursos não sejam utilizados no objeto da transferência pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias e ainda, o resgate dos saldos remanescentes, nos casos em que não houver a devolução dos recursos no prazo previsto no art. 60 da portaria Interministerial nº 424/2016. (art. 27, XXIX, PI 424/2016)

Parágrafo Primeiro. Fica a instituição financeira desde já autorizada a devolver à concedente, a qualquer tempo, por ordem e determinação expressa desta, devidamente motivada, os valores que eventualmente forem repassados, desde que haja saldo suficiente na conta corrente beneficiária e receptora do crédito.

Parágrafo Segundo. Os valores referidos no parágrafo anterior deverão ser creditados na Conta Única do Tesouro Nacional, via Guia de Recolhimento da União – GRU, com o código identificador a ser informado pela concedente.

Parágrafo Terceiro. No caso de reversão dos valores por não execução financeira em prazo superior a 180 dias, observar-se-á o montante efetivamente transferido pela União e não utilizado na execução do objeto, acrescido dos rendimentos de sua aplicação financeira. (art. 41, §§7º e 10º, PI 424/2016)

Parágrafo Quarto. Para os instrumentos em que não tenha havido qualquer execução física, nem utilização dos recursos, o recolhimento à conta única do Tesouro deverá ocorrer sem a incidência dos juros de mora, sem prejuízo da restituição das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas. (art. 59, §2º, PI 424/2016)

CONFERE COM O ORIGINAL
____/____/____
Sevidor Mat.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas inicia-se concomitantemente com a liberação da primeira parcela dos recursos financeiros que deverá ser registrada pela concedente no SICONV. (art. 59, I, PI 424/2016)

Parágrafo Primeiro. O convenente deverá prestar contas dos recursos recebidos no SICONV, de acordo com o estabelecido nos arts. 59 a 67 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016.

Parágrafo Segundo. Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido, a concedente estabelecerá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação. (art. 59, § 1°, PI 424/2016)

Parágrafo Terceiro. Se, ao término do prazo estabelecido, o convenente não apresentar a prestação de contas nem devolver os recursos nos termos desta cláusula, a concedente registrará a inadimplência no SICONV por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica a que estiver vinculado, para fins de instauração de tomada de contas especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária. (art. 59, § 2°, PI 424/2016)

Parágrafo Quarto. O registro e a verificação da conformidade financeira, parte integrante do processo de prestação de contas, deverão ser realizados durante todo o período de execução do instrumento, conforme disposto no art. 56 da PI 424/2016.

Parágrafo Quinto. O prazo para apresentar a prestação de contas é de 60 (sessenta) dias após o encerramento da vigência do convênio, ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro. (art. 27, XXIV e XXVII, c/c com art. 59, III e IV, PI 424/2016)

Parágrafo Sexto. A concedente deverá analisar a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto deste convênio, no prazo de 1 ano e na forma fixada no art. 10, §8º, do Decreto nº 6.170/07 e no art. 64 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016.

Parágrafo Sétimo. A concedente notificará o (a) convenente, quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurando, se for o caso, a competente Tomada de Contas Especial. (art. 6º II, "h", PI 424/2016)

Parágrafo Oitavo. A análise da prestação de contas para avaliação do cumprimento do objeto, será feita no encerramento do instrumento, cabendo este procedimento à concedente com base nas informações contidas nos documentos relacionados nesta cláusula. (art. 62, § 2º PI 424/2016)

Parágrafo Nono. A conformidade financeira deverá ser realizada durante todo o período de vigência do instrumento, devendo constar do parecer final de análise da prestação de contas somente impropriedades ou irregularidades não sanadas até a finalização do documento conclusivo. (art. 62, §3º, PI 424/2016)

Parágrafo Décimo. O Relatório de Cumprimento do objeto deverá conter os subsídios necessários para a avaliação e manifestação do gestor quanto a efetiva conclusão do objeto pactuado. (art. 62, §4º, PI 424/2016)

CONFERE COM O ORIGINAL
____/____/____
Sevidor Mat.

Parágrafo Décimo Primeiro. A análise da prestação de contas, além do ateste da conclusão da execução física do objeto, conterá os apontamentos relativos à execução financeira não sanados durante o período de vigência do instrumento. (art. 62, § 5º, PI 424/2016)

Parágrafo Décimo Segundo. A autoridade competente da concedente terá o prazo de 1 (um) ano, contado da data do recebimento, podendo este prazo ser prorrogado por igual período desde que justificado, para analisar a prestação de contas do instrumento, com fundamento nos pareceres técnico e financeiro expedidos pelas áreas competentes, de acordo com o §8º do art. 10 do Decreto nº 6.170/2007, com a redação dada pelo Decreto nº 8.244, de 2014. (art. 64, e § 1º, PI 424/2016)

Parágrafo Décimo Terceiro. Findo o prazo do parágrafo anterior considerada eventual prorrogação, a ausência de decisão sobre a aprovação da prestação de contas pela concedente poderá resultar no registro de restrição contábil do órgão ou entidade pública referente ao exercício em que ocorreu o fato. (art. 64, § 2º, PI 424/2016)

Parágrafo Décimo Quarto. A prestação de contas será composta, além dos documentos e informações apresentadas pelo convenente no SICONV, dos seguintes documentos: (art. 62, PI 424/2016)

I. Relatório de Cumprimento do Objeto;
II. Declaração de realização dos objetivos a que se propunha o Instrumento;
III. Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver;
IV. Termo de compromisso por meio do qual o convenente se obriga a manter os documentos relacionados ao convênio pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi apresentada a prestação de contas ou do decurso do prazo para a sua apresentação;
V. Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
VI. A relação de treinados ou capacitados, quando for o caso;
VII. A relação dos serviços prestados, quando for o caso;
VIII. Cópias dos despachos de adjudicação e de homologação das licitações realizadas ou cópias dos despachos de autorização e ratificação das dispensas e/ou inexigibilidade de licitação, com o respectivo embasamento legal, quando se aplicar;
IX. Notas e comprovantes fiscais, quanto aos seguintes aspectos: data do documento, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos registrados no SICONV, valor, aposição de dados do convenente, programa e número do convênio;
X. Relatório de prestação de contas aprovado e registrado no SICONV pelo convenente;

Parágrafo Décimo Quinto. Objetivando a complementação dos elementos necessários à análise da prestação de contas do convênio, poderá ser utilizado subsidiariamente pela concedente, relatórios, boletins de verificação ou outros documentos produzidos pelo Ministério Público ou pela Corte de Contas, durante as atividades regulares de suas funções. (art. 62, § 6º, PI 424/2016)

Parágrafo Décimo Sexto. A manifestação conclusiva da análise da prestação de contas deverá ser registrada no SICONV, podendo resultar em: (art. 64, § 2 º, PI 424/2016)

I. aprovação, cabendo à concedente prestar declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação;
II. aprovação com ressalvas, quando evidenciadas impropriedade ou outra falta de natureza formal de que não resulte danos ao Erário;
III. rejeição, com a determinação de imediata instauração de Tomada de Contas Especial.

CONFERE COM O ORIGINAL
____/____/____
Sevidor Mat.

Parágrafo Décimo Sétimo. A Prestação de Contas está sujeita também às seguintes disposições:

I. cabe ao representante legal da entidade sem fins lucrativos, ao Prefeito e ao Governador sucessor prestar contas dos recursos provenientes de instrumentos firmados pelos seus antecessores; (§ 4º art. 59, PI 424/2016)
II. na impossibilidade de atender ao disposto no parágrafo anterior, deverá ser apresentado ao concedente justificativas que demonstrem o impedimento de prestar contas e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público; (§ 5º art. 59, PI 424/2016)
III. quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo administrador solicitará ao concedente a instauração de tomada de contas especial; (§ 6º art. 59, PI 424/2016)
IV. os documentos que contenham as justificativas e medidas adotadas serão inseridos no SICONV; (§ 7º art. 59, PI 424/2016)
V. a concedente, no caso de convênios celebrados com entes públicos, ao ser comunicada das medidas adotadas pelo convenente, suspenderá de imediato o registro da inadimplência, desde que o administrador seja outro que não o faltoso, e seja atendido o disposto nos incisos II, III e IV acima; (§ 8º art. 59, PI 424/2016)
VI. o convenente deverá ser notificado previamente sobre as irregularidades apontadas, via notificação eletrônica por meio do SICONV, devendo ser incluída no aviso a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar; (§ 9º art. 59, c/c art. 27, XXXV, PI 424/2016)
VII. a notificação prévia será feita por meio de carta registrada com aviso de recebimento (AR) com declaração de conteúdo, com cópia para a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar, devendo a notificação ser registrada no SICONV; (§ 10º art. 59, PI 424/2016)
VIII. o registro da inadimplência no SICONV só será efetivado 45 (quarenta e cinco) dias após a notificação prévia; (§ 11º art. 59, PI 424/2016)
IX. a inscrição de inadimplência do respectivo instrumento no SICONV será fator restritivo a novas transferências de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União mediante convênios, contratos de repasse e termos de cooperação, nos termos da alínea "b" do inciso, V, do art. 9º da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016; (. art. 70, §3º, I, PI 424/2016)
X. o ato de aprovação da prestação de contas deverá ser registrado no SICONV, cabendo à concedente prestar declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação; (§ 4º art. 64, PI 424/2016)
XI. caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, a autoridade competente, sob pena de responsabilização solidária, registrará o fato no SICONV e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial, com posterior encaminhamento do processo à unidade setorial de contabilidade a que estiver jurisdicionado para os devidos registros de sua competência; (§ 5º art. 64, PI 424/2016)

Parágrafo Décimo Oitavo. O convenente deverá manter os documentos relacionados ao instrumento pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi apresentada a prestação de contas ou do decurso do prazo para a sua apresentação. (art. 4º §3º, PI 424/2016)

Parágrafo Décimo Nono. No caso de convênio celebrado com ente que tenha seus serviços de saneamento prestados por concessionário, a não apresentação do contrato de concessão alterado, assim como a não comprovação da integração dos bens ao patrimônio do Município, resultará na rejeição das contas do convênio. (Acórdão 347/2016- TCU - Plenário)

CONFERE COM O ORIGINAL
____/____/____
Sevidor Mat.

Parágrafo Vigésimo. Sendo evidenciados pelos órgãos de controle ou Ministério Publico vícios insanáveis que impliquem nulidade da licitação realizada, a concedente deverá adotar as medidas administrativas necessárias à recomposição do erário no montante atualizado da parcela já aplicada, o que pode incluir a reversão da aprovação da prestação de contas e a instauração de Tomada de Contas Especial, independentemente da comunicação do fato ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público. (art. 68, § 2º, PI 424/2016)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

O convenente se compromete a restituir os valores que lhe forem transferidos pela concedente, atualizados monetariamente, desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, quando: (art. 27 XI, PI 424/2016)

I. não for executado o objeto deste Convênio;
II. não for apresentada, no prazo estipulado, a respectiva prestação de contas;
III. os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste convênio.

Parágrafo Primeiro. A utilização dos recursos em desconformidade com o pactuado no instrumento ensejará obrigação do convenente devolvê-los devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à Conta Única do Tesouro. (§ 3º, art. 57, PI 424/2016)

Parágrafo Segundo. Para os convênios em que não tenha havido qualquer execução física, nem utilização dos recursos, o recolhimento à Conta Única do Tesouro Nacional deverá ocorrer sem a incidência dos juros de mora. (art.59, § 2º PI 424/2016)

Parágrafo Terceiro. Os saldos financeiros de recursos de repasse remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, não utilizadas no objeto pactuado, serão devolvidos à Conta Única do Tesouro, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do instrumento, por meio da Guia de Recolhimento da União – GRU a crédito do Tesouro Nacional, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade concedente. (art.60, c/c art. 27, XXVII, PI 424/2016)

Parágrafo Quarto. A devolução prevista no parágrafo anterior será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos e os da contrapartida previstos na celebração independentemente da época em que foram aportados pelas partes.

Parágrafo Quinto. Nos casos de descumprimento do prazo previsto no prazo de 30(trinta) dias, a concedente deverá solicitar a instituição financeira albergante da conta corrente específica da transferência, a devolução imediata, para a conta única do Tesouro Nacional, dos saldos remanescentes da conta corrente específica do instrumento.

Parágrafo Sexto. Nos casos em que a devolução de recursos se der em função da não execução do objeto pactuado ou devido à extinção ou rescisão do instrumento, é obrigatória a divulgação em sítio eletrônico institucional, pelo concedente e convenente, das informações referentes aos valores devolvidos e dos motivos que deram causa à referida devolução.

CONFERE COM O ORIGINAL
____/____/____
Sevidor Mat.

Parágrafo Sétimo. Na transferência à conta única da União, em relação aos recursos que não foram utilizados no objeto pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, observar-se-á o montante efetivamente transferido pela União e não utilizado na execução do objeto, acrescido dos rendimentos de sua aplicação financeira. (art. 41, § 10, PI 424/2016)

Parágrafo Oitavo. A inobservância das disposições desta Cláusula implica na instauração de tomada de contas especial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

Este termo de convênio poderá ser alterado mediante proposta, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à concedente em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, vedada a alteração do objeto aprovado. (art. 36, PI 424/2016)

Parágrafo Primeiro. A análise da solicitação de alteração deverá ser realizada pela área técnica da Funasa, observados os regramentos legais e a tempestividade, de forma que não haja prejuízo à execução do objeto pactuado. (art. 36, § 1°, PI 424/2016)

Parágrafo Segundo. Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente. (art. 20, § 3º PI 424/2016)

Parágrafo Terceiro. Ficam vedadas as reformulações dos projetos básicos das obras e serviços de engenharia aprovados pela concedente. (art. 6, § 3º, PI 424/2016)

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CONTINUIDADE

Na hipótese de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, fica facultado à concedente assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto deste convênio, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas, nos termos do art. 27, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016, sem prejuízo da apuração de responsabilidades por eventuais danos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS BENS REMANESCENTES

A titularidade dos bens remanescentes é do convenente, salvo expressa disposição em contrário no instrumento celebrado. (art. 25, PI 424/2016)

Parágrafo Único. Ao convenente compete contabilizar e guardar os bens remanescentes e manifestar o compromisso de utilização dos bens para assegurar a continuidade de programa governamental, devendo estar claras as regras e diretrizes de utilização a serem definidas pela concedente. (art. 27, XIV, PI 424/2016).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – CLÁUSULA SUSPENSIVA

Os documentos necessários à celebração do convênio, exceto os elencados no Artigo 22 da Portaria Interministerial nº 424/2016, poderão ser apresentados, no prazo de até 18 (dezoito) meses, considerando o disposto na Portaria Funasa nº 1.474, de 14 de dezembro de 2017, como condição a ser cumprida pelo convenente e, enquanto a condição não se verificar, não terá efeito a celebração pactuada. (art. 24, PI 424/2016)

Parágrafo Único. O prazo fixado para o cumprimento da condição, caso não obedecido, enseja a extinção do ajuste.

CONFERE COM O ORIGINAL
____/____/____
Sevidor Mat.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA, DA RESCISÃO E DA EXTINÇÃO

O presente convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença. (art. 27, XVII, c/com art. 68 PI 424/2016)

Parágrafo Primeiro. Constituem motivos para a rescisão do Convênio: (art. 69, PI 424/2016)

I. o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
II. constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;
III. a verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial.
IV. a ocorrência da inexecução financeira.

Parágrafo Segundo. A rescisão do instrumento, quando resulte danos ao erário, enseja a instauração de tomada de contas especial, exceto se houver a devolução dos recursos devidamente corrigidos, sem prejuízo, no último caso, da continuidade da apuração, por medidas administrativas próprias, quando identificadas outras irregularidades decorrentes do ato praticado. (art. 69, parágrafo único, PI 424/2016)

Parágrafo Terceiro. O convênio será extinto no caso de não apresentação, nos prazos estipulados, do projeto básico/termo de referência, da licença ambiental e da comprovação de propriedade do imóvel, quando exigidos.

Parágrafo Quarto. Na hipótese de inexistência de execução financeira, após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela ou 360 (trezentos e sessenta) dias sem a utilização dos recursos no objeto da transferência o instrumento deverá ser rescindido. (art. 41, §§ 7º, 8° e 18, PI 424/2016)

Parágrafo Quinto. A execução financeira mencionada no parágrafo anterior, será comprovada mediante a emissão de Ordem Bancária de Transferência Voluntária no SICONV. (art. 41, §9º, PI 424/2016)

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

A vigência deste convênio se estenderá **ATÉ O DIA 1º DE JUNHO DE 2021**, iniciando **EM 1º DE JUNHO DE 2018**. (art. 27, V PI 424/2016).

Parágrafo Primeiro. A concedente prorrogará "de ofício" a vigência do presente convênio antes de seu término, prescindida de prévia análise pela sua área jurídica, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado. (art. 27, VI, c/com arts. 36, §2º e 37, PI 424/2016).

Parágrafo Segundo. A prorrogação do prazo poderá ser efetuada por Termo Aditivo Simplificado padronizado assinado apenas pela concedente, previamente analisado pelo órgão jurídico, considerando-se a solicitação do convenente, mediante ofício, no prazo de até 30 (trinta) dias antes do fim da vigência do ajuste, bastante para respaldar e assegurar a sua manifesta concordância, para todos os efeitos legais.

Parágrafo Terceiro. A alteração pretendida por intermédio de Termo Aditivo Simplificado, somente poderá ser realizada caso haja manifestação expressamente favorável da área técnica da concedente quanto à justificativa apresentada, à viabilidade da continuidade da execução do objeto e à suficiência do prazo requerido.

CONFERE COM O ORIGINAL
____/____/____
Sevidor Mat.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO

É competente para dirimir as questões e omissões deste convênio, que não possam ser resolvidas administrativamente, o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam. (art. 27, XIX PI 424/2016)

E, por estarem de acordo, lavrou-se o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, as quais foram lidas e assinadas pelas partícipes.

Brasília-DF, 31 de maio de 2018.

Pela CONCEDENTE

RODRIGO SÉRGIO DIAS
Presidente da FUNASA

Pelo CONVENENTE

OZIEL ALVES DE OLIVEIRA
Dirigente do MUNICÍPIO DE LUIS EDUARDO MAGALHAES/ BA

CONFERE COM O ORIGINAL
____/____/____
Sevidor Mat.

Trabalho: 10512206876520020, Fonte Recursos: 6100, ED 444042, NE Nº 2018NE800273, Vigência: 01/06/2018 a 01/06/2021 . Data de Assinatura: 31/05/2018 . Signatários: RODRIGO SERGIO DIAS, CPF: 225.510.368-01 e LEONARDO COELHO BRITO, CPF: 428.801.305-49. Processo: 25100.004572/2018-06.

CONVÊNIO Nº CV 0458/18.

Convênio Nº 865176/2018. Concedente: Fundação Nacional de Saúde, Unidade Gestora: 255000, Gestão 36211. Convenente: MUNICIPIO DE CARAVELAS/BA, CNPJ 13.761.689/0001-19, Objeto: Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares em áreas rurais do Municipio de Caravelas/BA. . Valor da Concedente: R$ 500.000,00, Valor da Contrapartida: R$ -, Crédito Orçamentário: Programa de Trabalho: 10511206876560029, Fonte Recursos: 6100, ED 444042, NE Nº 2018NE800159, Vigência: 01/06/2018 a 01/06/2021 . Data de Assinatura: 31/05/2018 . Signatários: RODRIGO SERGIO DIAS, CPF: 225.510.368-01 e SILVIO RAMALHO DA SILVA, CPF: 379.358.526-34. Processo: 25100.005352/2018-91.

CONVÊNIO Nº CV 0253/18.

Convênio Nº 864265/2018. Concedente: Fundação Nacional de Saúde, Unidade Gestora: 255000, Gestão 36211. Convenente: MUNICIPIO DE SAO GONCALO DOS CAMPOS/BA, CNPJ 14.060.602/0001-49, Objeto: OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MUNICIPIO SÃO GONÇALO DOS CAMPOS BAHIA . Valor da Concedente: R$ 1.500.000,00, Valor da Contrapartida: R$ 15.000,00, Crédito Orçamentário: Programa de Trabalho: 10512206810GE0001, Fonte Recursos: 0144, ED 444042, NE Nº 2018NE800527, Vigência: 01/06/2018 a 01/05/2021 . Data de Assinatura: 31/05/2018 . Signatários: RODRIGO SERGIO DIAS, CPF: 225.510.368-01 e JOSE CARLOS DA SILVA ARAUJO, CPF: 705.349.855-72. Processo: 25100.004422/2018-94.

CONVÊNIO Nº CV 0399/18.

Convênio Nº 864292/2018. Concedente: Fundação Nacional de Saúde, Unidade Gestora: 255000, Gestão 36211. Convenente: MUNICIPIO DE NOVA REDENÇÃO/BA, CNPJ 16.245.334/0001-65, Objeto: Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares no municipio de Nova Redenção - BA . . Valor da Concedente: R$ 250.000,00, Valor da Contrapartida: R$ -, Crédito Orçamentário: Programa de Trabalho: 10512206876520029, Fonte Recursos: 6100, ED 444042, NE Nº 2018NE800228, Vigência: 01/06/2018 a 01/06/2021 . Data de Assinatura: 31/05/2018 . Signatários: RODRIGO SERGIO DIAS, CPF: 225.510.368-01 e GUILMA RITA DE CASSIA GOTTSCHALL DA SILVA SOARES, CPF: 700.725.585-04. Processo: 25100.004581/2018-99.

CONVÊNIO Nº CV 0140/18.

Convênio Nº 864259/2018. Concedente: Fundação Nacional de Saúde, Unidade Gestora: 255000, Gestão 36211. Convenente: MUNICIPIO DE PILAO ARCADO/BA, CNPJ 13.692.033/0001-91, Objeto: AMPLIAÇÃO DE SISTEMA DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE PILÃO ARCADO - BAHIA. . Valor da Concedente: R$ 5.000.000,00, Valor da Contrapartida: R$ -, Crédito Orçamentário: Programa de Trabalho: 10512206810GD0001, Fonte Recursos: 0151, ED 444042, NE Nº 2018NE800584, Vigência: 01/06/2018 a 01/05/2021 . Data de Assinatura: 31/05/2018 . Signatários: RODRIGO SERGIO DIAS, CPF: 225.510.368-01 e MANOEL AFONSO MANGUEIRA, CPF: 687.618.565-68. Processo: 25100.004300/2018-06.

CONVÊNIO Nº CV 0396/18.

Convênio Nº 864291/2018. Concedente: Fundação Nacional de Saúde, Unidade Gestora: 255000, Gestão 36211. Convenente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANSANCAO/BA, CNPJ 13.806.567/0001-00, Objeto: Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares no Municipio de Cansanção/BA. . Valor da Concedente: R$ 250.000,00, Valor da Contrapartida: R$ -, Crédito Orçamentário: Programa de Trabalho: 10512206876520029, Fonte Recursos: 6100, ED 444042, NE Nº 2018NE800229, Vigência: 01/06/2018 a 01/06/2021 . Data de Assinatura: 31/05/2018 . Signatários: RODRIGO SERGIO DIAS, CPF: 225.510.368-01 e PAULO HENRIQUE PASSOS ANDRADE, CPF: 841.431.855-04. Processo: 25100.004578/2018-75.

CONVÊNIO Nº CV 0390/18.

Convênio Nº 864275/2018. Concedente: Fundação Nacional de Saúde, Unidade Gestora: 255000, Gestão 36211. Convenente: MUNICIPIO DE INHAMBUPE/BA, CNPJ 13.647.185/0001-72, Objeto: Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares no municipio de Inhambupe - BA . Valor da Concedente: R$ 250.000,00, Valor da Contrapartida: R$ -, Crédito Orçamentário: Programa de Trabalho: 10512206876520029, Fonte Recursos: 6100, ED 444042, NE Nº 2018NE800230, Vigência: 01/06/2018 a 01/06/2021 . Data de Assinatura: 31/05/2018 . Signatários: RODRIGO SERGIO DIAS, CPF: 225.510.368-01 e FORTUNATO SILVA COSTA, CPF: 106.396.245-53. Processo: 25100.004570/2018-17.

CONVÊNIO Nº CV 0130/18.

Convênio Nº 864258/2018. Concedente: Fundação Nacional de Saúde, Unidade Gestora: 255000, Gestão 36211. Convenente: PARATINGA PREFEITURA/BA, CNPJ 14.105.225/0001-17, Objeto: OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA TRATADA, NO MUNICIPIO DE PARATINGA BAHIA, NO ESTADO DA BAHIA . Valor da Concedente: R$ 1.000.000,00, Valor da Contrapartida: R$ 20.000,00, Crédito Orçamentário: Programa de Trabalho: 10512206810GD0001, Fonte Recursos: 0151, ED 444042, NE Nº 2018NE800587, Vigência: 01/06/2018 a 01/05/2021 . Data de Assinatura: 31/05/2018 . Signatários: RODRIGO SERGIO DIAS, CPF: 225.510.368-01 e MARCEL JOSE CARNEIRO DE CARVALHO, CPF: 950.818.605-49. Processo: 25100.004290/2018-09

CONVÊNIO Nº CV 0386/18.

Convênio Nº 864557/2018. Concedente: Fundação Nacional de Saúde, Unidade Gestora: 255000, Gestão 36211. Convenente: MUNICIPIO DE CAIRU/BA, CNPJ 14.235.907/0001-44, Objeto: Implantação de melhorias sanitárias domiciliares no municipio de Cairu-BA. . Valor da Concedente: R$ 250.000,00, Valor da Contrapartida: R$ -, Crédito Orçamentário: Programa de Trabalho: 10512206876520029, Fonte Recursos: 6100, ED 444042, NE Nº 2018NE800269, Vigência: 01/06/2018 a 01/06/2021 . Data de Assinatura: 31/05/2018 . Signatários: RODRIGO SERGIO DIAS, CPF: 225.510.368-01 e FERNANDO ANTONIO DOS SANTOS BRITO, CPF: 326.205.785-15. Processo: 25100.004566/2018-41.

CONVÊNIO Nº CV 0473/18.

Convênio Nº 864573/2018. Concedente: Fundação Nacional de Saúde, Unidade Gestora: 255000, Gestão 36211. Convenente: MUNICIPIO DE LUIS EDUARDO MAGALHAES/BA, CNPJ 04.214.419/0001-05, Objeto: Implantação de Melhorias Habitacionais para o Controle de Doença de Chagas no Municipio de Luis Eduardo Magalhães BA . Valor da Concedente: R$ 500.000,00, Valor da Contrapartida: R$ -, Crédito Orçamentário: Programa de Trabalho: 10511201539210029, Fonte Recursos: 6100, ED 444042, NE Nº 2018NE800173, Vigência: 01/06/2018 a 01/06/2021 . Data de Assinatura: 31/05/2018 . Signatários: RODRIGO SERGIO DIAS, CPF: 225.510.368-01 e OZIEL ALVES DE OLIVEIRA, CPF: 502.801.809-00. Processo: 25100.004613/2018-56.

CONVÊNIO Nº CV 0378/18.

Convênio Nº 864271/2018. Concedente: Fundação Nacional de Saúde, Unidade Gestora: 255000, Gestão 36211. Convenente: MUNICIPIO DE MURITIBA/BA, CNPJ 13.828.504/0001-46, Objeto: Implantação de melhorias sanitárias domiciliares no municipio de Muritiba-BA . Valor da Concedente: R$ 400.000,00, Valor da Contrapartida: R$ 5.714,95, Crédito Orçamentário: Programa de Trabalho: 10512206876520029, Fonte Recursos: 6100, ED 444042, NE Nº 2018NE800234, Vigência: 01/06/2018 a 01/06/2021 . Data de Assinatura: 31/05/2018 . Signatários: RODRIGO SERGIO DIAS, CPF: 225.510.368-01 e DANILO MARQUES DIAS SAMPAIO, CPF: 929.956.675-53. Processo: 25100.004558/2018-02.

CONVÊNIO Nº CV 0115/18.

Convênio Nº 864287/2018. Concedente: Fundação Nacional de Saúde, Unidade Gestora: 255000, Gestão 36211. Convenente: MUNICIPIO DE CASTRO ALVES/BA, CNPJ 13.693.122/0001-52, Objeto: Implação de Sistema de Abastecimento Água no Municipio de Castro Alves - Bahia. . Valor da Concedente: R$ 1.000.000,00, Valor da Contrapartida: R$ -, Crédito Orçamentário: Programa de Trabalho: 10512206810GD0001, Fonte Recursos: 0151, ED 444042, NE Nº 2018NE800567, Vigência: 01/06/2018 a 01/05/2021 . Data de Assinatura: 31/05/2018 . Signatários: RODRIGO SERGIO DIAS, CPF: 225.510.368-01 e THIANCLE DA SILVA ARAUJO, CPF: 801.495.965-53. Processo: 25100.004275/2018-52.

CONVÊNIO Nº CV 0377/18.

Convênio Nº 864270/2018. Concedente: Fundação Nacional de Saúde, Unidade Gestora: 255000, Gestão 36211. Convenente: MUNICIPIO DE WENCESLAU GUIMARAES/BA, CNPJ 13.758.842/0001-59, Objeto: Implantação de melhorias sanitárias domiciliares no Município de Wenceslau Guimarães-BA. . Valor da Concedente: R$ 250.000,00, Valor da Contrapartida: R$ 549,30, Crédito Orçamentário: Programa de Trabalho: 10512206876520029, Fonte Recursos: 6100, ED 444042, NE Nº 2018NE800235, Vigência: 01/06/2018 a 01/06/2021 . Data de Assinatura: 31/05/2018 . Signatários: RODRIGO SERGIO DIAS, CPF: 225.510.368-01 e CARLOS ALBERTO LIOTERIO DOS SANTOS, CPF: 005.014.755-24. Processo: 25100.004557/2018-50.

CONVÊNIO Nº CV 0383/18.

Convênio Nº 864554/2018. Concedente: Fundação Nacional de Saúde, Unidade Gestora: 255000, Gestão 36211. Convenente: NILO PEÇANHA PREFEITURA/BA, CNPJ 13.758.313/0001-55, Objeto: Implantação de melhorias sanitárias domiciliares no municipio de Nilo Peçanha-BA. . Valor da Concedente: R$ 300.000,00, Valor da Contrapartida: R$ -, Crédito Orçamentário: Programa de Trabalho: 10512206876520029, Fonte Recursos: 6100, ED 444042, NE Nº 2018NE800279, Vigência: 01/06/2018 a 01/06/2021 . Data de Assinatura: 31/05/2018 . Signatários: RODRIGO SERGIO DIAS, CPF: 225.510.368-01 e MANOEL COSTA ALMEIDA, CPF: 050.967.745-20. Processo: 25100.004550/2018-38.

CONVÊNIO Nº CV 0379/18.

Convênio Nº 864272/2018. Concedente: Fundação Nacional de Saúde, Unidade Gestora: 255000, Gestão 36211. Convenente: MUNICIPIO DE PIRIPA/BA, CNPJ 13.694.658/0001-92, Objeto: IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES NO MUNICÍPIO DE PIRIPA - BA. . Valor da Concedente: R$ 300.000,00, Valor da Contrapartida: R$ -, Crédito Orçamentário: Programa de Trabalho: 10512206876520020, Fonte Recursos: 6100, ED 444042, NE Nº 2018NE800233, Vigência: 01/06/2018 a 01/06/2021 . Data de Assinatura: 31/05/2018 . Signatários: RODRIGO SERGIO DIAS, CPF: 225.510.368-01 e FLAVIO OLIVEIRA ROCHA, CPF: 246.197.568-06. Processo: 25100.004559/2018-49.

CONVÊNIO Nº CV 0380/18.

Convênio Nº 864273/2018. Concedente: Fundação Nacional de Saúde, Unidade Gestora: 255000, Gestão 36211. Convenente: MUNICIPIO DE LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA/BA, CNPJ 13.674.817/0001-97, Objeto: Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares no municipio de Livramento de Nossa Senhora-BA. . Valor da Concedente: R$ 693.068,00, Valor da Contrapartida: R$ 4.244,92, Crédito Orçamentário: Programa de Trabalho: 10512206876520020, Fonte Recursos: 6100, ED 444042, NE Nº 2018NE800232, Vigência: 01/06/2018 a 01/06/2021 . Data de Assinatura: 31/05/2018 . Signatários: RODRIGO SERGIO DIAS, CPF: 225.510.368-01 e JOSE RICARDO ASSUNCAO RIBEIRO, CPF: 283.812.205-30. Processo: 25100.004560/2018-73.

CONVÊNIO Nº CV 0382/18.

Convênio Nº 864274/2018. Concedente: Fundação Nacional de Saúde, Unidade Gestora: 255000, Gestão 36211. Convenente: MUNICIPIO DE LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA/BA, CNPJ 13.674.817/0001-97, Objeto: Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares no municipio de Livramento de Nossa Senhora-BA. . Valor da Concedente: R$ 300.000,00, Valor da Contrapartida: R$ 7.324,92, Crédito Orçamentário: Programa de Trabalho: 10512206876520029, Fonte Recursos: 6100, ED 444042, NE Nº 2018NE800231, Vigência: 01/06/2018 a 01/06/2021 . Data de Assinatura: 31/05/2018 . Signatários: RODRIGO SERGIO DIAS, CPF: 225.510.368-01 e JOSE RICARDO ASSUNCAO RIBEIRO, CPF: 283.812.205-30. Processo: 25100.004562/2018-62.

CONVÊNIO Nº CV 0372/18.

Convênio Nº 864551/2018. Concedente: Fundação Nacional de Saúde, Unidade Gestora: 255000, Gestão 36211. Convenente: MUNICIPIO DE LAPAO/BA, CNPJ 13.891.528/0001-40, Objeto: IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES NA SEDE DO MUNICIPIO DE LAPAO -BA . Valor da Concedente: R$ 750.000,00, Valor da Contrapartida: R$ 5.000,00, Crédito Orçamentário: Programa de Trabalho: 10512206876520029, Fonte Recursos: 6100, ED 444042, NE Nº 2018NE800181, Vigência: 01/06/2018 a 01/06/2021 . Data de Assinatura: 31/05/2018 . Signatários: RODRIGO SERGIO DIAS, CPF: 225.510.368-01 e JOSE RICARDO RODRIGUES BARBOSA, CPF: 485.054.805-97. Processo: 25100.004552/2018-27.

CONVÊNIO Nº CV 0375/18.

Convênio Nº 864553/2018. Concedente: Fundação Nacional de Saúde, Unidade Gestora: 255000, Gestão 36211. Convenente: JOAO DOURADO PREFEITURA MUNICIPAL/BA, CNPJ 13.891.510/0001-48, Objeto: IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES NA COMUNIDADES DE GAMELEIRA MUNICÍPIO DE JOÃO DOURADO -BA . Valor da Concedente: R$ 350.000,00, Valor da Contrapartida: R$ 5.000,00, Crédito Orçamentário: Programa de Trabalho: 10512206876520029, Fonte Recursos: 6100, ED 444042, NE Nº 2018NE800179, Vigência: 01/06/2018 a 01/06/2021 . Data de Assinatura: 31/05/2018 . Signatários: RODRIGO SERGIO DIAS, CPF: 225.510.368-01 e CELSO LOULA DOURADO, CPF: 100.742.365-04. Processo: 25100.004555/2018-61.

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

CONVÊNIO Nº CV 0234/18

Convênio Nº 864263/2018. Concedente: Fundação Nacional de Saúde, Unidade Gestora: 255000, Gestão 36211. Convenente: MUNICIPIO DE SITIO DO QUINTO/BA, CNPJ 13.452.958/0001-65, Objeto: IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA PÚBLICO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA CIDADE DE SÍTIO DO QUINTO - BAHIA. . Valor da Concedente: R$ 1.500.000,00, Valor da Contrapartida: R$ -, Crédito Orçamentário: Programa de Trabalho: 10512206810GE0001, Fonte Recursos: 0144, ED 444042, NE Nº 2018NE800529, Vigência: 01/06/2018 a 01/05/2021 . Data de Assinatura: 31/05/2018 . Signatários: RODRIGO SERGIO DIAS, CPF: 225.510.368-01 e JAIR JESUS DOS SANTOS, CPF: 580.547.585-53. Processo: 25100.004402/2018-13.

CONVÊNIO Nº CV 0038/18.

Convênio Nº 864753/2018. Concedente: Fundação Nacional de Saúde, Unidade Gestora: 255000, Gestão 36211. Convenente: MUNICIPIO DE GOVERNADOR MANGABEIRA/BA, CNPJ 13.828.496/0001-38, Objeto: Ampliação do sistema de abastecimento de água do municipio de Governador Mangabeira/BA. . Valor da Concedente: R$ 1.000.000,00, Valor da Contrapartida: R$ -, Crédito Orçamentario: Programa de Trabalho: 10512206810GD0001, Fonte Recursos: 0151, ED 444042, NE Nº 2018NE800601, Vigência: 01/06/2018 a 01/05/2021 . Data de Assinatura: 31/05/2018 . Signatários: RODRIGO SERGIO DIAS, CPF: 225.510.368-01 e MARCELO PEDREIRA DE MENDONCA, CPF: 759.414.655-72. Processo: 25100.004197/2018-96.

CONVÊNIO Nº CV 0678/18.

Convênio Nº 865073/2018. Concedente: Fundação Nacional de Saúde, Unidade Gestora: 255000, Gestão 36211. Convenente: MUNICIPIO DE QUIXABEIRA/BA, CNPJ 16.443.723/0001-03, Objeto: Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário no Municipio de Quixabeira/BA. . Valor da Concedente: R$ 5.000.000,00, Valor da Contrapartida: R$ 5.000,00, Crédito Orçamentário: Programa de Trabalho: 10512206810GE0001, Fonte Recursos: 0144, ED 444042, NE Nº 2018NE800640, Vigência: 01/06/2018 a 01/05/2021 . Data de Assinatura: 31/05/2018 . Signatários: RODRIGO SERGIO DIAS, CPF: 225.510.368-01 e REGINALDO SAMPAIO SILVA, CPF: 501.760.645-91. Processo: 25100.005054/2018-00.

CONVÊNIO Nº CV 0696/18.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05302018062000108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONFERE COM O ORIGINAL
____/____/____
Sevidor Mat.